



PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 017/2024, de 05 de maio de 2025.

Estabelece requisitos para a declaração de utilidade pública das Organizações da Sociedade Civil, que cumpram os requisitos legais e dá outras providências.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ICAPUÍ**, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, faz saber que o Plenário aprova e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, no âmbito do Município de Icapuí, as associações e fundações privadas sem fins lucrativos, denominadas Organizações da Sociedade Civil – OSCs, que cumpram os requisitos estabelecidos nesta Lei, ainda que contem com membros da diretoria remunerados.

Art. 2º Para fins desta Lei, consideram-se de utilidade pública municipal as entidades que:

- I – Estejam legalmente constituídas e em funcionamento regular há pelo menos 3 anos;
- II – Desenvolvam atividades contínuas nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, meio ambiente, esporte, ou promoção dos direitos humanos;
- III – Possuam sede e atuação no município de Icapuí - Ceará.
- IV – Comproven o exercício de ações efetivas e relevantes para o interesse público municipal;
- V – Apresentem regularmente relatórios de atividades, demonstrações financeiras e estatuto social;
- VI – Estejam cadastradas e habilitadas junto ao órgão municipal competente.

Art. 3º Os cargos da Diretoria Executiva poderão ser remunerados, desde que os respectivos ocupantes exerçam efetivamente funções de gestão administrativa na organização, e:

- a) Esteja prevista expressamente no estatuto da entidade;



SECRETARIA DE PLENÁRIO

b) Observe os limites e condições estabelecidos na Lei Federal nº 9.790/1999 e na Lei Federal nº 13.019/2014;

c) A remuneração observará os valores praticados pelo mercado na região correspondente à área de atuação da organização, sendo fixada pelo Conselho de Administração (ou órgão equivalente), com base em critérios objetivos e previamente definidos;

d) É vedada a remuneração de membros do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo (ou equivalente), salvo se estes exercerem, cumulativamente, função executiva, hipótese em que se aplicam as disposições deste artigo;

e) É vedada a distribuição de lucros, bonificações, dividendos ou qualquer vantagem de natureza semelhante a dirigentes, associados, conselheiros ou instituidores da entidade, sob qualquer forma ou pretexto;

f) A remuneração será sempre registrada de forma clara e transparente na contabilidade da organização e nos relatórios anuais de prestação de contas, os quais deverão estar disponíveis para consulta pública.

Art. 4º A concessão do título de utilidade pública municipal será feita por meio aprovação de projeto de Lei específica pelo Poder Legislativo, mediante requerimento de um vereador, apresentando no processo a documentação comprobatória, exigida pela Legislação pertinente.

Art. 5º O título poderá ser suspenso ou cassado, a qualquer tempo, se a entidade deixar de atender aos requisitos desta Lei ou cometer irregularidades que comprometam sua finalidade institucional.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ICAPUI-CE, aos 05 de maio de 2025.


João Paulo de Sousa Rebouças
Vereador